



# RELATÓRIO E CONTAS 2023

## A Comissão Executiva

[Handwritten Signature]  
Ana Filipa Nunes Leão Azevedo  
Elsa Sofia Duarte Azevedo  
André Vaz Azevedo  
Raquel Esteves

Data 20 / 06 / 2024

---

## A Presidente da Mesa da Assembleia

[Handwritten Signature]

Aprovado em Assembleia Geral

Local: Lisboa

Data 27 / 06 / 2024

*Elisabete*  
*Elisabete*  
*Elisabete*  
*Elisabete*

EDUCAÇÃO POPULAR

NIPC: 500849315

Bairro da Liberdade - 1070-042 Lisboa

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
**Exercício 2023**

*Filipa*  
*[Signature]*

## Demonstrações financeiras individuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023

- Balanço Individual em 31 de dezembro 4
- Demonstração dos Resultados Individuais em 31 de dezembro 5

### Anexo

1	identificação da entidade .....	6
1.1	Designação da Entidade .....	6
Educação Popular é uma Instituição de Direito Privado e de Utilidade Pública, reconhecida como Instituição Particular de Solidariedade Social com NIPC 500849315.....		
1.2	Sede .....	6
1.3	Natureza da atividade .....	6
2	Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.....	6
2.1	- Referencial Contabilístico (NCRF – ESNL) e outros normativos que tenham sido aplicados nos termos do disposto do paragrafo 2.3 da NCRF-ESNL) .....	6
2.2	Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.....	7
2.3	Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas. ....	7
3	Principais políticas contabilísticas .....	7
3.1	Bases de apresentação.....	7
3.2	Políticas de reconhecimento e mensuração .....	8
3.2.1	Ativos fixos tangíveis.....	8
3.2.2	Bens do Património histórico e cultural .....	9
3.2.3	Ativos Intangíveis .....	9
3.2.4	Investimentos Financeiros .....	10
3.2.5	Inventários .....	10
3.2.6	Instrumentos financeiros .....	10
3.2.7	Fundos patrimoniais.....	12
3.2.8	Provisões .....	12
3.2.9	Financiamentos obtidos .....	12
3.2.10	Estado e Outros Entes Públicos.....	12
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.....	13
5	Caixa e seus equivalentes .....	13
6	Ativos fixos tangíveis.....	14
7	Ativos fixos intangíveis.....	14
8	Investimentos Financeiros .....	14
9	Financiamentos obtidos.....	15
10	Gastos de Financiamento.....	15
11	Inventário .....	16

*Filipe*  
*Estevão*

12 Rédito .....	16
13 Subsídios .....	16
14 Estado .....	17
15 Créditos a receber .....	17
16 Outros ativos correntes .....	17
17 Fundos Patrimoniais .....	18
18. Fornecedores .....	18
19 Diferimentos .....	18
20 Outros passivos correntes .....	18
21 Beneficio dos empregados .....	19
22 Outras Informa�es .....	19
22.1 FSE .....	19
22.2 Outros gastos .....	20
23 Divulga�es exigidas por outros diplomas legais .....	20
24 Acontecimentos após a data do Balanço .....	20

*Algoja*  
*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*

## Balço Contabilístico – 2023

Valores em euros

Rubricas	Notas	2023	2022
<b>ATIVO</b>			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	3 783 684,27	3 914 845,71
Investimentos financeiros	8	12 742,47	16 940,72
<b>Total ativo não corrente</b>		<b>3 796 426,74</b>	<b>3 931 786,43</b>
Ativo corrente			
Inventários	11	12 292,44	9 808,34
Créditos a receber	15	77 477,10	45 220,05
Estado e outros entes públicos	14	3 900,00	0,00
Fundadores/beneméritos/doadores/associados/membros			0,00
Diferimentos	19	2 806,11	5 639,28
Outros ativos correntes	16	974 553,82	806 780,60
Caixa e depósitos bancários	5	9 169,27	2 762,05
<b>Total ativo corrente</b>		<b>1 080 198,74</b>	<b>870 210,32</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>4 876 625,48</b>	<b>4 801 996,75</b>
<b>Fundos Patrimoniais e passivo</b>			
Fundos Patrimoniais			
Fundos	17	550366,97	549866,97
Excedentes técnicos			
Reservas			
Resultados transitados	17	-658 752,52	-395 345,72
Excedentes de revalorização		3 785 449,32	3 785 449,32
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais			
Resultado Líquido do Período	17	-223 924,73	-10 243,45
Dividendos antecipados			
Interesses que não controlam			
<b>Total dos Fundos Patrimoniais</b>		<b>3 453 139,04</b>	<b>3 929 727,12</b>
<b>Passivo</b>			
Passivo não corrente			
Provisões			0,00
Provisões específicas			0,00
Financiamentos obtidos	9	120 000,00	26 070,08
Outras dívidas a pagar			0,00
<b>Total Passivo não corrente</b>		<b>120 000,00</b>	<b>26 070,08</b>
Passivo corrente			
Fornecedores	18	124 574,80	115 793,58
Estado e outros entes públicos	14	634 464,52	278 065,10
Fundadores/beneméritos/doadores/associados/membros			
Financiamentos obtidos	9	92 224,73	207 548,94
Diferimentos	19	13 497,93	13 497,93
Outros passivos correntes	20	438 724,46	231 294,00
<b>Total Passivo não corrente</b>		<b>1 303 486,44</b>	<b>846 199,55</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>1 423 486,44</b>	<b>872 269,63</b>
<b>Total dos Fundos Patrimoniais e passivo</b>		<b>4 876 625,48</b>	<b>4 801 996,75</b>

## Demonstração de Resultados por naturezas - 2023

Valores em euros

Rendimentos e Gastos	Notas	2023	2022
Vendas e serviços prestados	12	793 123,59	1 163 037,33
Subsídios, doações e legados à exploração	13	1 301 922,49	1 110 887,60
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	11	-127 995,06	-83 327,07
Fornecimentos e serviços externos	22.1	-266 278,30	-292 382,38
Gastos com o pessoal	21	-1 814 216,93	-1 919 651,56
Ajustamento de inventários (perdas / reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos / reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos / reduções)		0,00	0,00
Outras imparidas (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos / reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos	12	39 614,76	353 618,73
Outros gastos	22.2	-6 076,05	-203 529,71
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos</b>		<b>-79 905,50</b>	<b>128 652,94</b>
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	6/7	-131 161,44	-133 849,43
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamentos e impostos)</b>		<b>-211 066,94</b>	<b>-5 196,49</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	10	0,00	75,00
Juros e gastos similares suportados	10	-12 857,79	-5 121,96
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>-223 924,73</b>	<b>-10 243,45</b>
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>223 924,73</b>	<b>-10 243,45</b>

## Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em euros)

Handwritten signature and stamp in the top right corner. The signature appears to be 'F. Alegre' and there is a circular stamp below it.

### 1 identificação da entidade

#### 1.1 Designação da Entidade

Educação Popular é uma Instituição de Direito Privado e de Utilidade Pública, reconhecida como Instituição Particular de Solidariedade Social com NIPC 500849315.

A Educação Popular foi considerada de benemerência em 26 de novembro de 1936, louvada por Portaria de 23 de junho de 1937.

#### 1.2 Sede

A Educação Popular tem a sua sede na Rua da Capela, Bairro da Liberdade em Lisboa (1070-042).

#### 1.3 Natureza da atividade

Tendo iniciado a sua atividade em 24-10-1935, a Educação Popular tem como objetivos principais:

- a. apoio a crianças e jovens, nomeadamente através da educação;
- b. apoio à família;
- c. apoio à integração social e comunitária.

Resultante do seu reconhecimento como IPSS, a Educação Popular beneficia das isenções previstas no artigo 102 do GIRC, desde que respeitados os requisitos enumerados no citado artigo.

Decorrente deste enquadramento, não são reconhecidos quaisquer impostos diferidos relacionados com diferenças entre a base contabilística e fiscal dos seus ativos e passivos.

### 2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

#### 2.1 - Referencial Contabilístico (NCRF – ESNL) e outros normativos que tenham sido aplicados nos termos do disposto do paragrafo 2.3 da NCRF-ESNL)

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o regime de Normalização Contabilística para as Entidades do Setor Não Lucrativo (SNC-ESNL), conforme disposto no Decreto-Lei nº 36-A/2011, de 9 de março, o qual faz parte integrante do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.2 158/2009

de 13 de julho, ambos com a redação dada pelo Decreto-lei n.2 98/2015, de 2 de junho. O SNC-ESNL é regulado pelos seguintes diplomas:

Aviso nº8259/2015 de 29/07 — Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL);

Portaria 218/2015 de 23/07 — Código de Contas específico para as Entidades do Sector Não Lucrativo (CC-ESNL);

Portaria 220/2015 de 24/07 — Modelos de Demonstrações Financeiras aplicáveis às Entidades do Sector Não Lucrativo.

Sempre que nas Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para as ESNL (NCRF-ESNL) não respondam a aspetos particulares de transações ou situações, ou a lacunas que sejam de tal modo relevantes que impeçam a prestação financeira de forma verdadeira e apropriada, da posição financeira, dever-se-á recorrer, tendo em vista somente a integração dessa lacuna, supletivamente pela ordem indicada às NCRF e Normas Interpretativas (NI), Normas Internacionais de Contabilidade adotadas ao abrigo do Regulamento 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de julho às Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB e respetivas interpretações (SIC e IFRIC).

**2.2** Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Na preparação das presentes demonstrações financeiras, não foram excecionalmente derogadas quaisquer disposições do SNC-ESNL.

**2.3** Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas.

No período não ocorreram alterações de registo ou natureza de conteúdos, não comparáveis com os do período anterior.

### **3 – Principais políticas contabilísticas**

As principais políticas contabilísticas usadas na elaboração das demonstrações financeiras desta entidade têm sido consistentemente aplicadas aos exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

#### **3.1 – Bases de apresentação**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

Handwritten signature and a circular stamp with illegible text inside, located in the top right corner of the page.

#### **Pressuposto da continuidade**

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações tendo por base os registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

#### **Regime do acréscimo (periodização económica)**

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimento"; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas "Credores por acréscimos de gastos"

#### **Consistência na apresentação**

As demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer de movimentos contabilísticos que serviram de base ao apuramento dos valores. Se existirem alterações significativas, as mesmas são devidamente identificadas e justificadas neste anexo.

#### **Materialidade e agregação**

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

#### **Compensação**

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento.

#### **Informação comparativa**

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2023 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022.

## **3.2 - Políticas de reconhecimento e mensuração**

### **3.2.1 Ativos fixos tangíveis**

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

O custo de aquisição inclui todos os dispêndios diretamente atribuíveis à aquisição dos bens. Os custos subsequentes são incluídos no custo de aquisição do bem ou reconhecidos como ativo separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos futuros fluirão para a empresa e o respetivo custo possa ser mensurado com fiabilidade. Os demais dispêndios com reparações e manutenção são reconhecidos como um gasto no período em que são incorridos.

As propriedades de investimento são reconhecidas como ativos fixos tangíveis.

Handwritten signature and stamp in the top right corner, possibly indicating approval or a specific role.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Para cada grupo de bens, utilizam-se as taxas que melhor refletem a sua vida útil estimada.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais", consoante se trate de mais ou menos valias.

### 3.2.2 Bens do Património histórico e cultural

Os "Bens do património histórico e cultural" são valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta "Variações nos fundos patrimoniais". As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verificarem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem, têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciáveis. No entanto, a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciáveis, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

### 3.2.3 Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis, distintos do Goodwill, encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As despesas de pesquisa (investigação), efetuadas na procura de novos conhecimentos técnicos são reconhecidas em resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas quando a Empresa consiga demonstrar: (i) a capacidade e intenção de completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso, (ii) a forma como estas gerarão prováveis benefícios económicos futuros, (iii) e a sua capacidade para mensurar fiavelmente o dispêndio atribuível ao ativo intangível durante a sua fase de desenvolvimento.

Os custos incorridos com as aplicações informáticas que cumpram o requisito de ativo e que não sejam indissociáveis dos equipamentos informáticos em que se encontram instaladas são reconhecidos como ativos intangíveis. Tratando-se de aplicações informáticas indissociáveis dos equipamentos em que se encontram instaladas são reconhecidas como ativos fixos tangíveis.

As amortizações são reconhecidas na demonstração dos resultados numa base linear durante o período estimado de vida útil dos ativos intangíveis, exceto se a sua vida for considerada indefinida.

As amortizações dos ativos intangíveis são calculadas, sobre os valores de aquisição, pelo método das quotas constantes, com imputação duodecimal.

Sempre que se considere necessário, as vidas úteis estimadas são revistas e ajustadas à data do balanço."

Os ativos com vida útil indefinida passam são amortizados num período máximo de 10 anos.

### **3.2.4 Investimentos Financeiros**

Os investimentos financeiros respeitam ao Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) sendo reconhecido como ativo financeiro o valor das entregas efetuadas líquido dos reembolsos realizados pelo Fundo, devendo ser mensurado ao justo valor.

A valorização gerada pelas aplicações financeiras dos valores do FCT é reconhecida como rendimento no momento em que é comunicada. da sua vida útil.

### **3.2.5 Inventários**

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio. Aos Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica. Os Inventários que a Entidade detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

### **3.2.6 Instrumentos financeiros**

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
  - Alterações no risco segurado;
  - Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
  - Entrada em incumprimento de uma das partes;
  - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
    - Alterações no preço do bem locado;
    - Alterações na taxa de câmbio
    - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes.

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

#### **Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros**

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/ beneméritos/ patrocinadores/ doadores/ associados/ membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

#### **Clientes e outras contas a Receber**

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no balanço como ativo corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como ativos não correntes.

#### **Outros ativos e passivos financeiros**

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade. À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

*Alfegra*  
*Escheverri*

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL).

### **Caixa e Depósitos Bancários**

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

### **Fornecedores e outras contas a pagar**

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

## **3.2.7 Fundos patrimoniais**

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

## **3.2.8 Provisões**

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação.

Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

## **3.2.9 Financiamentos obtidos**

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

## **3.2.10 Estado e Outros Entes Públicos**

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) "As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;

- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido;
- c) em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;
- d) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 88. Acresce ao valor da Coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC

#### 4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não ocorreram durante o exercício alterações de políticas contabilísticas nem erros materiais relativos a períodos anteriores.

#### 5 Caixa e seus equivalentes

Em 31 de Dezembro de 2023, o detalhe de caixa e seus equivalentes, apresentam os seguintes valores:

Numerário	2023	2022
- Caixa	127,23 €	245,45 €
Total caixa	127,23 €	245,45 €
<b>Depósitos bancários</b>		
- Depósitos à ordem	9 042,04 €	2 516,60 €
- Depósitos a prazo	0,00 €	0,00 €
Total bancos	9 042,04 €	2 516,60 €
<b>Caixa e equivalentes de caixa (activo)</b>	<b>9 169,27</b>	<b>2 762,05</b>

*Filipe*  
*Filipe*  


## 6 Ativos fixos tangíveis

O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e respetivas depreciações, no exercício de 2023 foi o seguinte:

Ativos Fixos Tangíveis Descrição	31/12/2022	Adições	Alienações	Ativos det. Venda	Outras alterações	31/12/2023
Terrenos e recursos naturais	39 652,80 €					39 652,80 €
Edifícios e outras construções	6 558 067,95 €					6 558 067,95 €
Equipamento básico	187 081,83 €					187 081,83 €
Equipamento de transporte	34 098,98 €					34 098,98 €
Equipamento administrativo	251 084,81 €					251 084,81 €
Outros ativos fixos tangíveis	1 894,44 €					1 894,44 €
Outros ativos fixos tangíveis	1 608,23 €					1 608,23 €
<b>Ativo tangível Bruto</b>	<b>7 073 489,04 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>7 073 489,04 €</b>
Depreciações acumuladas	3 158 643,33 €	131 161,44 €				3 289 804,77 €
Perdas por imparidade e reversões	0,00 €					0,00 €
<b>Depreciações acumuladas</b>	<b>3 158 643,33 €</b>	<b>131 161,44 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>3 289 804,77 €</b>
<b>Ativo tangível líquido</b>	<b>3 914 845,71 €</b>	<b>-131 161,44 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>3 783 684,27 €</b>

## 7 Ativos fixos intangíveis

O movimento ocorrido nos ativos fixos intangíveis e respetivas depreciações, no exercício de 2023 foi o seguinte:

Ativos Fixos Intangíveis Descrição	31/12/2022	Adições	Alienações	Ativos det. Venda	Outras alterações	31/12/2023
Projetos de desenvolvimento	0,00 €					0,00 €
Programas de computador	0,00 €					0,00 €
Outros ativos Intangíveis	1 059,95 €					1 059,95 €
<b>Ativo intangível Bruto</b>	<b>1 059,95 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>1 059,95 €</b>
Depreciações acumuladas	1 059,95 €					1 059,95 €
Perdas por imparidade e reversões	0,00 €					0,00 €
<b>Depreciações acumuladas</b>	<b>1 059,95 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>1 059,95 €</b>
<b>Ativo intangível líquido</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>

## 8 Investimentos Financeiros

Em 31 de Dezembro de 2023, os saldos desta rubrica apresentavam-se como se segue:

Designação	2023	2022
<b>Investimentos financeiros</b>	<b>12 742,47 €</b>	<b>16 940,72 €</b>
<b>Outros investimentos financeiros</b>	<b>12 742,47 €</b>	<b>16 940,72 €</b>
Fundos Compensação	12 742,47 €	16 940,72 €

*Handwritten signatures and initials:*  
 - Top signature: *F. Lopes*  
 - Middle signature: *F. Lopes*  
 - Bottom signature: *F. Lopes*

O Fundo de Compensação do Trabalho é um fundo de capitalização individual financiado pelas entidades empregadoras por entregas mensais. Estas contribuições constituem uma poupança a que se encontram vinculadas, com vista ao pagamento de até 50% do valor da compensação que venham a ter direito na sequência da cessação do contrato de trabalho.

## 9 Financiamentos obtidos

Designação	Início período	Pagamentos	Movimentos	Fim período
<b>Corrente</b>	176 490,36 €	9 887,00 €	-74 378,63 €	92 224,73 €
Montepio- Emp. 100494-2	92 702,95 €	8 939,40 €	-70 000,00 €	13 763,55 €
Montepio- CC 50000€	50 000,00 €	0,00 €	-50 000,00 €	0,00 €
Montepio- Descoberto bancário	33 787,41 €	947,60 €		32 839,81 €
Caixa Geral Depósitos	0,00 €	0,00 €	13 556,46 €	13 556,46 €
Montepio- Confirming	0,00 €	0,00 €	32 064,91 €	32 064,91 €
<b>Não Corrente</b>	26 070,08 €	12 513,62 €	106 743,54 €	120 000,00 €
Caixa geral Depósitos	26 070,08 €	12 513,62 €	-13 556,46 €	0,00 €
Montepio- Emp. 100494-2	0,00 €		70 000,00 €	70 000,00 €
Montepio- CC 50000€	0,00 €		50 000,00 €	50 000,00 €
<b>Total empréstimos bancários</b>	202 560,44 €	22 400,62 €	32 064,91 €	212 224,73 €
<b>Outros financiadores</b>	31 058,58 €	31 058,58 €	0,00 €	0,00 €
<b>Total financiamentos obtidos</b>	233 619,02 €			212 224,73 €

## 10 Gastos de Financiamento

Em 31 de dezembro de 2023 a rubrica "Gastos de financiamento" apresenta o seguinte saldo:

Designação	2023	2022
<b>Juros suportados</b>	12 857,79 €	5 121,96 €
<b>De financiamentos obtidos</b>	12 857,79 €	5 121,96 €
Montepio- Descoberto bancário	12 857,79 €	5 121,96 €

No exercício de 2023 não existiram rendimentos de juros.

*Handwritten signatures and initials:*  
F. Albuquerque  
D  
S  
J. Henriques

## 11 Inventário

Em 31 de Dezembro de 2023, os saldos desta rubrica apresentavam-se como se segue:

Inventários	2023
Saldo Inicial	9 808,34 €
Compras/regularizações	130 479,16 €
Existências finais	12 292,44 €
<b>CMVMC</b>	<b>127 995,06 €</b>

Em 2022 o CMVMC foi de 83.327,07€.

As mercadorias correspondem a géneros alimentares que se encontravam em armazém à data de 31 de dezembro de 2023.

## 12 Rédito

	2023	2022
Prestação de serviços	793 123,59 €	1 163 037,33 €
Subsídios, doações e legados á exploração	1 301 922,49 €	1 110 887,60 €
Outros Rendimentos	39 614,76 €	353 618,73 €
<b>Total</b>	<b>2 134 660,84 €</b>	<b>2 627 543,66 €</b>

Em prestação de serviços, temos incluído o valor das matrículas, mensalidades e de outros serviços prestados aos associados.

Em subsídios, podemos encontrar o valor de 835058,03€ relativo ao IGFSS, 23282,50€ do plano de emergência Social, 393943,97 da DGAE e 49646,99€ de doações de diversas instituições.

Em outros rendimentos estão considerados 15600 da renda da Rua da Capela e outros provenientes de diversas situações.

## 13 Subsídios

Subsídios	2023	2022
Segurança social	835 058,03 €	754 705,92 €
Ministério da Educação	393 934,97 €	291 780,68 €
Autarquias	0,00 €	58 187,13 €
PEA - Plano emergência alimentar	23 282,50 €	0,00 €
Subsídios de outras entidades	0,00 €	6 213,87 €
Doações	49 646,99 €	0,00 €
<b>Total</b>	<b>1 301 922,49 €</b>	<b>1 110 887,60 €</b>

*Filipa*  
*A*  
*S*  
*de*

## 14 Estado

Em 31 de Dezembro de 2023, os saldos desta rubrica apresentavam-se como se segue:

	2023		2022	
	Saldo Dev.	Saldo Cre.	Saldo Dev.	Saldo Cre.
<b>Estado e outros entes públicos</b>				
Imposto s/ rendimento - IRC	3 900,00 €		- €	0,00 €
Impostos s/ rendimento - IRS	- €	65 748,87 €	- €	31 851,56 €
Imposto s/ valor acrescentado - IVA	- €	450,27 €	- €	139,72 €
Contribuições p/ segurança social	- €	567 719,29 €	- €	245 642,63 €
Outras tributações- Fundo garantia salarial	- €	546,09 €	- €	431,19 €
<b>Total Estado e outros entes públicos</b>	<b>3 900,00 €</b>	<b>634 464,52 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>278 065,10 €</b>

Refira-se que os saldos devedores do Estado correspondem a valores a receber do Estado relativos a retenção na fonte efetuadas por terceiros (empresa Alegres coincidências, Lda) e os saldos credores a valores a pagar ao Estado. Os valores que aqui constam a crédito apresentam planos de pagamento em prestações.

## 15 Créditos a receber

Créditos a receber	2023	2022
Cientes e utentes CC	77 477,10 €	45 220,05 €
Utentes cobrança dúvidosa	696 478,59 €	696 478,59 €
Utentes - Perdas por imparidades	-696 478,59 €	-696 478,59 €
<b>Total</b>	<b>77 477,10 €</b>	<b>45 220,05 €</b>

## 16 Outros ativos correntes

Em 31 de dezembro de 2023, os saldos desta rubrica apresentavam-se como se segue:

	2023	2022
	Saldo Dev.	Saldo Dev.
<b>Devedores por Acréscimos de rendimentos (2721)</b>		
Acréscimos de rendimentos	167 392,04 €	- €
	- €	- €
<b>Outros devedores (2781)</b>	- €	- €
Outros devedores (2781)	381,23 €	0,05 €
Adiantamento sub. ME - sede	666 754,66 €	666 754,66 €
Adiantamento sub. ME - colónia	140 025,89 €	140 025,89 €
<b>Total Outros ativos correntes</b>	<b>974 553,82 €</b>	<b>806 780,60 €</b>

Os valores que constam em Acréscimos de rendimentos são relativos a:

- Subsídio escola (contrato simples da DGAE) colónia – 2371,40€ a receber em 2024
- Subsídio escola (contrato simples da DGAE) sede – 84279,15€
- PEA – cantina social – 1860,00€

- Subsídio das Educadores (candidatura apresentada) – 41387,22
- Subsídio do ME de 2020 – 37494,27€

*[Handwritten signatures and initials]*

## 17 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

	2023	2022
Resultados transitados	-405 589,17 €	-395 345,72 €
Regularização saldos contrários	-9 413,41 €	
Decisão tribunal - Jose Carlos S. Ferreira	-243 749,94 €	
<b>Sub- Total</b>	<b>-658 752,52 €</b>	<b>-395 345,72 €</b>
Resultado liquido do exercicio 2023	-223 924,73 €	-10 243,45 €
<b>Total</b>	<b>- 882 677,25 €</b>	<b>- 405 589,17 €</b>

O total da rubrica de fundos patrimoniais em 31/12/2023 é de 3.453.139.04€.

## 18. Fornecedores

A repartição dos fornecedores nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023, foi a seguinte:

Descrição	2023	2022
	Saldo cred.	Saldo cred.
<b>Fornecedores Conta corrente</b>		
Fornecedores – Nacionais	124 574,80 €	115 793,58 €
Fornecedores – Comunitários	- €	- €
	<b>124 574,80 €</b>	<b>115 793,58 €</b>

## 19 Diferimentos

O saldo da rubrica de "Diferimentos" ativos e passivos, em 31 de dezembro de 2023 tinha a seguinte composição:

	2023		2022	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Seguros	1 899,43 €	- €	5 620,21 €	- €
Outros - FSE	906,68 €	- €	19,07 €	- €
Rendimentos a reconhecer - Vendas	- €	13 497,93 €	- €	13 497,93 €
<b>Total de Diferimentos</b>	<b>2 806,11 €</b>	<b>13 497,93 €</b>	<b>5 639,28 €</b>	<b>13 497,93 €</b>

## 20 Outros passivos correntes

O saldo da rubrica de "Outros passivos correntes", em 31 de dezembro de 2023 tinha a seguinte composição

F. Alves  
 F. Alves  
 A  


Devedores e credores por acréscimos	2023		2022	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Outros Acréscimos de gastos				
<i>Remunerações a liquidar</i>	231 294,00 €	- €	231 294,00 €	- €
Indemnização a pagar	191 678,73 €	- €	- €	- €
Remunerações pessoal (sub. Natal em aberto)	15 329,73 €	- €	- €	- €
Outros credores (penhoras)	422,00 €	- €	- €	- €
<b>Saldo Final no Balanço</b>	<b>438 724,46</b>	<b>0,00</b>	<b>231 294,00</b>	<b>0,00</b>

O valor de 191.678,73 € corresponde ao valor a pagar ao trabalhador José Carlos dos Santos Sousa Ferreira. O valor total da Indemnização foi de 212.017,76€, sendo a mesma paga em 84 prestações mensais e sucessivas.

## 21 Benefício dos empregados

	2023	2022
Remunerações dos órgãos sociais	0,00 €	0,00 €
<b>Remunerações do pessoal</b>	<b>1 456 448,98 €</b>	<b>1 537 952,93 €</b>
<i>Vencimentos mensais</i>	1 131 110,15 €	1 232 240,96 €
<i>Subsidio férias</i>	124 800,77 €	127 914,02 €
<i>Subsidio Natal</i>	154 293,79 €	127 914,02 €
<i>Outros subsidios/abonos</i>	46 244,27 €	49 883,93 €
Encargos sobre remunerações	338 663,20 €	354 695,16 €
Seguros	17 345,99 €	14 411,59 €
Outros gastos com pessoal	1 758,76 €	12 591,88 €
<b>Total Custos com o pessoal</b>	<b>1 814 216,93 €</b>	<b>1 919 651,56 €</b>

O valor do pagamento da indemnização ao trabalhador não pode ser considerado em gastos do exercício pelo fato de ser expressiva e relativa a anos anteriores. A mesma foi considerada em Resultados Transitados.

## 22 Outras Informações

### 22.1 FSE

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022, foi a seguinte:

*Handwritten signatures and initials:*  
 F. Albuquerque  
 A.  
 E. Almeida

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
<b>Fornecimentos e serviços externos</b>		
Subcontratos	24 996,98 €	- €
Trabalhos especializados	48 014,63 €	53 898,66 €
Publicidade e propaganda	335,07 €	- €
Vigilância e Segurança	4 759,14 €	5 077,10 €
Honorários	55 844,96 €	63 993,30 €
Comissões	31,94 €	- €
Conservação e reparação	5 599,22 €	6 972,39 €
Serviços Bancários	4 705,42 €	- €
Materiais	10 220,83 €	13 524,98 €
Energia e fluidos	73 142,46 €	78 520,82 €
Deslocações e estadas	152,75 €	817,32 €
Serviços diversos (*)	38 474,90 €	9 683,59 €
Outros		59 894,22 €
<b>Total - Fornecimentos e serviços externos</b>	<b>266 278,30 €</b>	<b>292 382,38 €</b>

A rubrica mais expressiva nesta nota é em energia e fluidos, donde 29.412,51€ são relativos a eletricidade e 38.232,45€ são relativos a água.

## 22.2 Outros gastos

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
<b>Outros gastos e perdas</b>		
Impostos (IMI)	321,07 €	317,89 €
correções rel. Exercícios anteriores		41 135,63 €
Outros gastos	5 754,98 €	3 688,99 €
Gastos com apoios financeiros	0,00 €	158 387,20 €
<b>Total - Outros gastos e perdas</b>	<b>6 076,05 €</b>	<b>203 529,71 €</b>

## 23 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A entidade apresenta dividas ao estado estando o pagamento dessas dividas assegurado por planos prestacionais. Dando cumprimento ao estabelecido na Lei 110/2009, de 16 de setembro, e de acordo com o decreto lei nº 411/91 de 17 outubro, artº 2º, nº 1, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social não se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados estando os pagamentos a serem regularizados por planos prestacionais.

## 24 Acontecimentos após a data do Balanço

Os efeitos da agressão militar Russa contra a Ucrânia, bem como a instabilidade e incerteza geopolítica, estão a retardar o surgimento de projetos de investimento o que leva a um enfraquecimento da atividade empresarial.

Toda esta instabilidade levou a um aumento substancial da inflação em 2022 que pouco alterou em 2023, estando só agora, em 2024, a estabilizar.

Apesar dos contratemplos ocorridos em 2023, não foram verificados acontecimentos após a data de relato que possam refletir ajustamentos materialmente relevantes, ou que devessem estar registados nas demonstrações financeiras.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2023 foram aprovadas na reunião da Direção em 20 de junho de 2024 e serão submetidas para aprovação pela Assembleia geral no dia 27 de junho de 2024.

Lisboa 20 de junho de 2024

A Direção

A Contabilista Certificada

Ana Filipa Nunes Leite Magre  
Elsa Sofia Duarte Azevedo  
  
André Vas Mendes  
  
Patrícia Silva

CC:74064

**Balancete Analítica (Rubricas / Centros de custo, Acumulado) - Exercício de 2023, janeiro (2023) a dezembro (2023)**

*Handwritten signatures and initials:*  
 - Top right: *Alfonso*  
 - Middle right: *F. Lopez*  
 - Bottom right: *[Signature]*

Rubrica / Centro de Custo		Acumulado		Saídos	
		Débito	Crédito	Devedor	Credor
<b>90001</b>	<b>Creche</b>				
1	Sede	427.547,09	388.678,06	38.869,03	
	<b>Total Creche</b>	<b>427.547,09</b>	<b>388.678,06</b>	<b>38.869,03</b>	
<b>90002</b>	<b>Pré-escolar</b>				
1	Sede	405.733,63	367.913,43	37.820,20	
2	Colónia	177.422,25	179.747,70		2.325,45
	<b>Total Pré-escolar</b>	<b>583.155,88</b>	<b>547.661,13</b>	<b>35.494,75</b>	
<b>90003</b>	<b>1º Ciclo</b>				
1	Sede	440.726,97	386.380,25	54.346,72	
2	Colónia	249.759,97	273.801,92		24.041,95
	<b>Total 1º Ciclo</b>	<b>690.486,94</b>	<b>660.182,17</b>	<b>30.304,77</b>	
<b>90004</b>	<b>2º Ciclo</b>				
1	Sede	255.292,59	200.515,51	54.777,08	
	<b>Total 2º Ciclo</b>	<b>255.292,59</b>	<b>200.515,51</b>	<b>54.777,08</b>	
<b>90005</b>	<b>3º Ciclo</b>				
1	Sede	250.960,64	194.369,95	56.590,69	
	<b>Total 3º Ciclo</b>	<b>250.960,64</b>	<b>194.369,95</b>	<b>56.590,69</b>	
<b>90006</b>	<b>CATL</b>				
1	Sede	310.069,61	269.688,25	40.381,36	
	<b>Total CATL</b>	<b>310.069,61</b>	<b>269.688,25</b>	<b>40.381,36</b>	
<b>90009</b>	<b>Cantina Social</b>				
1	Sede	13.258,02	25.750,28		12.492,26
	<b>Total Cantina Social</b>	<b>13.258,02</b>	<b>25.750,28</b>		<b>12.492,26</b>
<b>90010</b>	<b>Despesas Comuns</b>				
1	Sede	1.808.873,44	1.808.873,44		
2	Colónia	146.771,19	146.771,19		
	<b>Total Despesas Comuns</b>	<b>1.955.644,63</b>	<b>1.955.644,63</b>		
<b>90011</b>	<b>Bar</b>				
1	Sede	5.737,75	9.208,44		3.470,69
	<b>Total Bar</b>	<b>5.737,75</b>	<b>9.208,44</b>		<b>3.470,69</b>
<b>90013</b>	<b>Capela - Lx</b>				
1	Sede	18.660,35	32.706,25		14.045,90
	<b>Total Capela - Lx</b>	<b>18.660,35</b>	<b>32.706,25</b>		<b>14.045,90</b>
	<b>Total</b>	<b>4.510.813,50</b>	<b>4.284.404,67</b>	<b>226.408,83</b>	



## EDUCAÇÃO POPULAR

CONSIDERADA DE BENEMERÊNCIA EM 26 DE NOVEMBRO DE 1936  
LOUVADA POR PORTARIA DE 23 DE JUNHO DE 1937  
SEDE: BAIRRO DA LIBERDADE 1070-042 LISBOA  
TEL. 213812990/FAX:213812999  
Contribuinte n.º 500849315

---

*Handwritten signatures and initials:*  
- Top signature: *Alfonso*  
- Middle signature: *Filipe*  
- Bottom signature: *Estevão*

# Relatório de Gestão



*Handwritten signatures and initials:*  
F. Alegre  
D.  
E. Alegre

## 1. Introdução

Relativamente à gestão do exercício económico do ano de 2023, a Comissão Executiva esclarece que, ao longo do ano transato, manteve, como prioridades, o apoio social e pedagógico dos alunos/utentes e suas famílias e a implementação de um plano de viragem do rumo da Instituição, que permitisse inserir os trabalhadores, no maior número possível, nos respetivos níveis salariais, como estava previsto, e o pagamento da indemnização ao Associado nº 4, resolvendo assim processo mais oneroso da história institucional, que teve início na Comissão Executiva no exercício de 2015.

O referido processo judicial com o Associado nº 4 foi resolvido por acordo, de forma razoável. Porém, a exigência da imediata comunicação à Segurança Social de todos os vencimentos em dívida a esse ex-trabalhador, originou o pagamento das respetivas contribuições, em elevado montante.

Para além disso, previamente ao acordo alcançado, foi promovida pelo referido Associado a execução da decisão judicial, com subsequente penhora das contas bancárias da Instituição, o que fez com que a Instituição tivesse ficado paralisada cerca de 10 dias, impedindo que se pagassem salários, impostos ou se comprassem os bens necessários à atividade da mesma. Perdemos várias educadoras e professores que procuraram no Estado uma vida mais estável. Alguns pais, perante a saída dos docentes, retiraram os filhos da Instituição. Este facto sentiu-se mais nas turmas do primeiro ano do Estoril e da sede, onde perdemos 15 alunos dos 27 e ficámos com 12; na sede, no primeiro ano (tínhamos 25 e perdemos 5). Perdemos quatro educadoras e quatro professores entre o primeiro, o segundo e terceiro ciclos, num ano de grande crise de falta de professores.

Ao nível pedagógico, a falta de docentes que assolou o país, exigiu um grande esforço à direção e à equipa de funcionários alocada aos ciclos, para conseguir ultrapassar estas dificuldades e pôr a escola a funcionar em pleno.

A impiedosa inflação, que foi um flagelo para as instituições e para as famílias, levou a que estas procurassem no ensino público uma solução para melhorarem as suas vidas, fazendo baixar faturação e subsídios.

Contudo, conseguimos colocar a situação contributiva em ordem, fruto de um imenso esforço negocial e estratégico.

Conseguimos atuar ao nível da despesa, o que não deixou de ser significativo. Porém, só se conjugarmos essa poupança com o aumento ao nível das receitas, poderemos obter viabilidade, enquanto os acordos com o Estado não são revistos.

As despesas aumentaram e as receitas de faturação desceram. No entanto, a verdadeira causa está na absurda discrepância entre as despesas recentes com salários e impostos, o que se intensifica no segundo semestre, os acordos de cooperação e o contrato simples com o Ministério da Educação, que não sofreram qualquer alteração desde o ano letivo 2013/2014. Estes não acompanharam o nível de inflação. Só o de creche foi progressivamente atualizado, mas de forma insuficiente para cobrir as despesas salariais e outras exigências crescentes. Se nada for feito, as IPSS, especialmente as que se dedicam ao setor do ensino estão votadas ao fracasso, porque foram esquecidas e totalmente desprotegidas. São tratadas pela banca e pelo Estado como empresas, mas o certo é que não possuem fins lucrativos (nem poderiam alcançá-los neste contexto).



## EDUCAÇÃO POPULAR

CONSIDERADA DE BENEMÉRÊNCIA EM 26 DE NOVEMBRO DE 1936  
LOUVADA POR PORTARIA DE 23 DE JUNHO DE 1937  
SEDE: BAIRO DA LIBERDADE 1070-042 LISBOA  
TEL: 213812990/FAX:213812999  
Contribuinte n.º 500849315

*Handwritten notes and signatures:*  
- Top right: *Phlegre*  
- Middle right: *Phlegre*  
- Bottom right: *Phlegre*

Quanto à comparticipação familiar, temos cada vez mais casais jovens ou famílias monoparentais a viver em casa dos pais. A renda da casa é determinante nos processos a apreciar pelo Ministério da Educação para que a candidatura seja aceite, com um escalão suportável pelos orçamentos familiares. Se o escalão sobe, as pessoas desistem, vão para a escola estatal.

Neste contexto tão difícil apostou-se numa gestão muito minuciosa, no aproveitamento das estruturas criadas aquando do desenvolvimento do projeto BIPZIP, para mudar o rumo da Instituição.

Apesar da excelência do trabalho das equipas, do empenho, do esforço desenvolvido, o resultado será cada vez mais desastroso se, quem decide, não fizer nada para adequar os acordos do Estado à realidade. É um facto que os trabalhadores devem ver os seus salários atualizados face à inflação que nos aflige - é um direito. Contudo, é igualmente um facto que se os acordos do Ministério da Educação, CATL e Pré-escolar, que é o que tem regras mais restritivas para elaboração de tabelas, não forem atualizados, as Instituições não vão conseguir cumprir as exigências que lhes são feitas.

Rapidamente se percebeu que era necessária uma ação diversificada, desfocada dos citados acordos e centrada em parcerias que nos permitissem obter rendimentos de cedências de espaços, parcerias e alargamento de creche, que no próximo ano já cobre todos. Infelizmente este ano ainda temos muitos utentes gratuitos, dos não abrangidos pelo novo acordo. Claro que, para executar esse alargamento da creche, dependemos da aprovação do PRR, sobre o qual ainda não obtivemos resposta.

Tudo isto implicou gastos e projetos que esperamos que venham a ter reflexos positivos no exercício do próximo ano.

### 1-Operacionalidade Pedagógica

Ao nível pedagógico o ano desenvolveu-se com normalidade e voltou-se ao plano do Português, dada a sua transversalidade em todas as áreas, tendo-se trabalhado, especialmente com as artes, nomeadamente a literatura, o teatro e a música. Destacamos o maior investimento em parcerias formativas, como a Escola Segura, o IAC, a Gulbenkian, o Grupo Comunitário, entre outros.

Ao nível da gestão, continuámos a implementar, com êxito, no Estoril, o modelo de gestão em equipa, articulando diretamente com a Presidente da Comissão Executiva, com uma central de compras única, para Lisboa e Estoril. A este nível sublinhamos um dos objetivos/ necessidades do ano económico, que foi a contenção de custos e um maior controle das despesas, uma vez que as despesas com a alimentação aumentaram com a inflação. O resultado no Estoril, continuou a revelar-se muito interessante sob todos os pontos de vista e a escola só não progrediu mais devido ao embate sofrido no mês de setembro, que nos fez perder alunos da turma do primeiro ano, devido à saída da docente. Mesmo assim, o resultado do primeiro ciclo foi baixo, mas positivo.



## EDUCAÇÃO POPULAR

CONSIDERADA DE BENEMÉRÊNCIA EM 26 DE NOVEMBRO DE 1936  
LOUVADA POR PORTARIA DE 23 DE JUNHO DE 1937  
SEDE: BAIRRO DA LIBERDADE 1070-042 LISBOA  
TEL. 213812990/FAX: 213812999  
Contribuinte n.º 500849315

Apesar das dificuldades de tesouraria, Associações e amigos não nos deixaram faltar computadores, registadora para o bar, cabazes de Natal para sortear e outros materiais que nos permitiram um bom desempenho pedagógico. Neste momento já se encontra montada uma sala de TIC no Estoril e outra em Lisboa, o que nos permitiu realizar as provas de aferição.

Temos um protocolo com a "Gleba" que nos permite dar aos nossos alunos/ utentes pão de uma qualidade superior, poupando. Pretendemos fazer o mesmo no Estoril. Continuámos a desenvolver o nosso bar fornecendo alimentos caseiros dentro de parâmetros mais saudáveis. Temos protocolo com um grupo que pratica Taekwondo no nosso ginásio central.

Coexistem connosco, no edifício da Capela, outras Associações, a ABFA, a ABC-REAL, uma loja de roupas, a Academia do Bacalhau e uma loja de estética. No próximo exercício económico, as instalações da Capela permitirão outros protocolos cujas relações contratuais terão um impacto mais profundo no resultado económico.

No que concerne aos alunos/utentes, procurámos manter a oferta educativa e o bem-estar/ segurança, garantindo as condições laborais e pedagógicas, as condicionantes das aprendizagens. Introduzimos as aulas de TIC no primeiro ciclo em Lisboa, como estratégia de interligação entre os ciclos e espaços e preparação dos alunos para as novas tecnologias e um ensino mais virado para os projetos.

Outro dos objetivos, do exercício de gestão do ano de 2023, prendeu-se com a procura do equilíbrio financeiro da Instituição, com a sua modernização, no sentido de se encontrarem formas de aumentar a receita e diminuir a despesa. Este objetivo não foi alcançado, pois a crise agudizou-se, tendo-se perdido receita ao nível da faturação, que desce devido ao decréscimo de alunos/ utentes e às regras mais rigorosas da atribuição do subsídio a quem se candidata e ao desequilíbrio entre os subsídios que não são atualizados e a inflação confrangedora que chegou a apresentar variações semanais significativas.

A escola Estatal tem uma oferta muito competitiva com livros gratuitos, transportes e um parque escolar renovado, com condições tecnológicas mais sofisticadas e adequadas. As IPSS dedicadas à educação vivem hoje grandes desafios de gestão, pois a crise foi mais grave do que no ano transacto e os prejuízos tendem a acentuar-se. Tal conclusão é retirada no boletim da CNIS, na tomada de posse dos novos corpos sociais, após auscultação das Instituições. É mesmo preciso agir para evitar o colapso destas Instituições cuja importância é inegável hoje, como o tem sido ao longo do tempo. A nossa Instituição é muito antiga, merecendo respeito, para que chegue a ser centenária, cumprindo os desígnios dos seus fundadores.

Para que isso aconteça temos de inverter o paradigma mental que muitas vezes tem guiado as pessoas: "o que pode fazer por mim a Educação Popular?". Sendo que, normalmente, não se coloca o enfoque no que devemos nós, enquanto sócios de uma Instituição tão antiga, fazer por ela, para que possa perdurar.

De facto, vivemos tempos de mudança em que temos de a defender, temos de a honrar. Vivemos tempos de individualismo, de egoísmo, em que o ego só se dá conta de que não é esse o caminho que se deve trilhar, quando o destino nos obriga a precisar do outro, porque, afinal, a nossa essência é social, não individual.



## EDUCAÇÃO POPULAR

CONSIDERADA DE BENEMÉRÊNCIA EM 26 DE NOVEMBRO DE 1936  
LOUVADA POR PORTARIA DE 23 DE JUNHO DE 1937  
SEDE: BAIRRO DA LIBERDADE 1070-042 LISBOA  
TEL: 213812990/FAX:213812999  
Contribuinte n.º 500849315

*Handwritten notes and signatures:*  
- Top right: *Handwritten signature*  
- Middle right: *Algre*  
- Below *Algre*: *Handwritten signature*  
- Bottom right: *Handwritten signature*

No ano de 2023, tivemos uma política muito estruturada, mas humanizada, orientada para a cobrança e recuperação das dívidas dos utentes, mas também para a (re)negociação e reavaliação constante da oferta dos fornecedores de bens e serviços.

Continuámos a aprimorar a orgânica interna de cobrança metódica e articulada com a *Intrum Justitia*, que, em colaboração com acordos realizados com as famílias, contribuiu para mitigar períodos muito complicados em termos financeiros na vida da Instituição.

Apesar de nos assumirmos como uma Instituição sem fins lucrativos, é imperioso, abriremos as nossas atividades de forma mais expressiva ao exterior, permitindo que as nossas atividades extracurriculares, tal como o nosso Catl, sejam frequentadas por utentes externos à escola, desde que haja recursos e capacidade para os receber.

Conseguimos potenciar o nosso bar e a valência da Rua da Capela, que apesar de apresentar um resultado positivo, ainda está abaixo das suas potencialidades, o que se pretende incrementar no exercício de 2024.

Tal como supra mencionado existem opções que devem ser ponderadas, nomeadamente a proposta de redução do subsídio escola em 10 euros para todos os escalões. É esta a proposta da Comissão Executiva, mas é colocada à consideração dos Associados, pois o facto do salário mínimo ter subido vai ter impacto na fórmula de cálculo das mensalidades, com a inerente perda de alunos.

Para além deste problema temos tido instabilidade nos pagamentos dos subsídios e os serviços do estado revelam grande dificuldade em responder atempadamente às necessidades das Instituições. Os subsídios do Ministério da Educação têm sido imprevisíveis e o facto de os adiantarmos às famílias tem sido muito penalizador. Devemos continuar a fazê-lo? É outra questão que vos colocamos, embora o parecer da Comissão Executiva e das equipas pedagógicas com quem trabalhamos, é que sim.

Porém, como estas decisões implicam o destino da Instituição e dos trabalhadores é em sede de Assembleia que deve ser decidido.

É ainda nossa intenção tentar arrendar, depois de terminar a relação contratual com os atuais inquilinos, o espaço superior do edifício da Capela, como alojamento social.

Temos que ponderar cuidadosamente estas decisões, pois são determinantes para fazer face a um futuro duro que depende de novas parcerias e de novas decisões governamentais que urge serem tomadas, para inverter o rumo decadente das IPSS. Hoje temos um resultado negativo, apesar de uma gestão restritiva, de subsistência.

Apesar de termos enfrentado as condições mais adversas de que há memória na vida desta Instituição, empenhámo-nos em seguir caminho com a maior normalidade possível, graças ao esforço e mérito de toda a equipa de Funcionários, Associados, Pais e Amigos que têm colaborado com a Comissão Executiva. Com a colaboração de todos e com muita criatividade, foi possível fazer muito com meios escassos.

O Plano de Emergência Alimentar foi mantido, bem como a relação de cooperação com a Entrepajuda, o que permitiu alguns melhoramentos nos equipamentos.

Com o Banco Alimentar continuámos a manter uma relação muito positiva, tal como com a Câmara Municipal de Lisboa e Junta de Freguesia de Campolide e toda a rede de



## EDUCAÇÃO POPULAR

CONSIDERADA DE BENEMÉRÊNCIA EM 26 DE NOVEMBRO DE 1936  
LOUVADA POR PORTARIA DE 23 DE JUNHO DE 1937  
SEDE: BAIRRO DA LIBERDADE 1070-042 LISBOA  
TEL: 213812990/FAX:213812999  
Contribuinte n.º 500849315

*Handwritten signatures and initials:*  
- Top right: A signature that appears to be "Filipe".  
- Middle right: A large, stylized signature or set of initials.  
- Bottom right: Another signature, possibly "Eduardo".

parceiros com os quais atualmente colaboramos, nomeadamente a Associação de Moradores do Alto da Serafina e Liberdade, o Grupo Comunitário, a ABFA, o ABC-REAL, a Rádio Movimento, a Academia do Bacalhau, a Gleba, que nos vão ajudando. O Banco Montepio possibilitou-nos em alturas críticas solucionar problemas de tesouraria.

Os titulares dos Órgãos Sociais, apesar da dimensão e complexidade crescentes da gestão desta Instituição que comporta vários polos, em Lisboa e no Estoril, com alunos/utentes da creche ao nono ano, contrato simples com o Ministério da Educação para o Ensino básico e acordos de cooperação com a Segurança Social para as respostas sociais, não recebem qualquer tipo de compensação pelo exercício das suas funções. Tendo em conta o contexto em que se insere e a ampla rede de parcerias, gerir esta Instituição em regime de voluntariado é uma tarefa muito dura.

### 2. Relativamente ao funcionamento geral:

- Continuámos a fazer o serviço de lavandaria nas instalações de Lisboa e do Estoril;
- Continuámos a reduzir os custos na aquisição de produtos alimentares, aproveitando as promoções das grandes superfícies, com vista à diminuição das despesas;
- Demos continuidade à implementação do sistema de segurança alimentar com base em princípios baseados na metodologia H.A.C.C.P, em Lisboa e na Colónia Infantil do Estoril. Neste âmbito, foram realizadas periodicamente auditorias de verificação ao sistema, por forma a monitorizar o cumprimento das normas de higiene e segurança alimentar, salientando-se a colaboração de Encarregados de Educação e Parceiros;
- Foram promovidas várias inspeções aos diferentes espaços, pelas mais variadas entidades, gerando maior segurança e rigor;
- A gestão dos tempos não letivos de todos os docentes do Externato continuou a possibilitar a oferta curricular de apoios ao estudo e tutorias ao Estudo, lecionados aos alunos do Ensino Básico, sendo que no primeiro ciclo existe a sala de estudo;
- Aplicou-se o Plano do Português e trabalhou-se em transversalidade entre a língua materna e as artes, com destaque para a música, o teatro e a literatura, mantendo sempre, como pilar, o princípio da Escola Inclusiva e a Diferenciação Pedagógica, dinamizando-se a Equipa multidisciplinar, de acordo com as necessidades diagnosticadas pelos conselhos de turma e segundo as diretivas do Ministério da Educação;
- Continuámos a dinamizar a página do Facebook e mantivemos atualizado o site institucional como estratégia de divulgação e resposta às obrigações legais, onde inserimos os nossos documentos estruturantes;
- Continuámos a apostar em estratégias e atividades para intensificar a transversalidade entre ciclos e áreas disciplinares;
- Proporcionámos apoios para responder às necessidades dos Alunos, promovendo a inovação e o sucesso educativo;
- Procurámos por todos os meios estabelecer parcerias para incrementar os meios informáticos em Lisboa e no Estoril, de forma a chegar ao final do ano letivo com duas salas de informática que possibilitassem a realização das provas de aferição.



## EDUCAÇÃO POPULAR

CONSIDERADA DE BENEMERÊNCIA EM 26 DE NOVEMBRO DE 1936  
LOUVADA POR PORTARIA DE 23 DE JUNHO DE 1937  
SEDE: BAIRRO DA LIBERDADE 1070-042 LISBOA  
TEL: 213812990/FAX:213812999  
Contribuinte n.º 500849315

- Concertámos práticas administrativas mais estruturadas às novas exigências dos diferentes organismos que nos tutelam;
- Foram feitas algumas reparações que contribuíram para o melhoramento geral da Instituição e adquiriram-se alguns equipamentos;
- Diminuição de alunos/ utentes, especialmente no ensino básico, com reflexo na resposta social CATL.

### 3. Ao nível das despesas salientamos as seguintes medidas:

- O serviço de jardinagem continuou a ser assegurado pela Junta de Freguesia de Campolide;
- Foram tomadas medidas com vista à redução dos custos com eletricidade e água; Todavia, ainda não foi possível implementar um plano de poupança energética, para além da substituição de lâmpadas normais por Led. Ainda não foi consistente e adequado às nossas características e necessidades, o que se perspectiva para o próximo exercício económico, com painéis solares.
- Houve a necessidade de se proceder a uma ligeira diminuição do subsídio dado pela escola, mas temos a necessidade imperiosa de o diminuir mais no próximo exercício, levando-o à rápida extinção.

### 4. Receitas

No ano de 2023 o resultado obtido foi negativo em quase todas as valências, exceto o bar, a Capela, o Plano de Emergência Alimentar, o pré-escolar e primeiro ciclo da Colónia Infantil. Todas as outras reclamam uma revisão dos acordos urgente, pois com as indemnizações e saídas de pessoal e o enquadramento de cerca de 80% dos trabalhadores na respetiva tabela remuneratória, para além do aumento do salário mínimo, sem atualizar o valor dos acordos recebidos, conjuntamente com a inflação, a Instituição não conseguirá manter as suas obrigações a não ser que se vire para outras soluções.

Para além do já referido:

- Demos continuidade ao agendamento de entrevistas com representantes de organismos sociais e grupos económicos, para solicitar apoios, a vários níveis;
- Renegociámos o plano de pagamento de dívidas com alguns credores e os contratos com alguns prestadores de serviços;
- Todos os Pais e Encarregados de Educação, com pagamentos irregulares, continuaram a ser contactados e com eles negociados planos de pagamento, em parceria com a Intrum Justitia.



## EDUCAÇÃO POPULAR

CONSIDERADA DE BENEMÉRÊNCIA EM 26 DE NOVEMBRO DE 1936  
LOUVADA POR PORTARIA DE 23 DE JUNHO DE 1937  
SEDE: BAIRRO DA LIBERDADE 1070-042 LISBOA  
TEL: 213812990/FAX:213812999  
Contribuinte n.º 500849315

- Estabelecemos protocolos e fizemos cedências de espaços que aumentaram receitas. Necessitamos continuar nesta linha de acção, pois têm surgido soluções interessantes para o próximo exercício económico.

### 5. Proposta de Aplicação dos Resultados

Apesar do esforço desenvolvido pela Comissão Executiva, o exercício de 2023 continuou a depender essencialmente dos subsídios estatais, das mensalidades dos utentes e de parcerias, o que levou à obtenção de um resultado negativo em **223.924,73€** que se propõe que seja transferido para **Resultados Transitados**.

### 6. Conclusão

Apesar do esforço desenvolvido pela Comissão Executiva, o exercício de 2023 continuou a depender essencialmente dos subsídios estatais, e das mensalidades dos utentes e de parcerias.

Foi um ano muito difícil. Contudo, empenhados e juntos foi possível conceber formas de nos projetarmos no futuro que passou por novas parcerias e pela diversificação da nossa atividade que passará por executarmos o acordo já aprovado de alargamento de creche. Está a ser discutido na especialidade o projeto de arquitetura, não só da valência em questão, mas de todo o Externato, visto não existir na Segurança Social nenhum projeto do mesmo. Foi um investimento superior ao esperado.

Contamos estabelecer um protocolo com um colégio britânico, a instalar na Rua da Capela e existe a forte possibilidade de aí se instalar um centro de dia.

Quanto ao andar de cima da Capela contamos pôr termo à presença dos atuais arrendatários e dar um destino mais adequado aos nossos princípios e desígnios, aumentando a sua rentabilidade.

Por fim, manifestamos a todos, os que conosco aceitaram este duro desafio, a nossa gratidão, por defenderem a nossa Instituição em tempos tão difíceis, mantendo o seu bom funcionamento.

Lisboa, 20 de junho de 2024

A Comissão Executiva

Ana Filipa Nunes Leitão Alegre  
Dina Sofia Duarte Azevedo  
Andre Val Pereira  
D. Maria e Silva



*[Handwritten signatures and initials]*  
Fátima  
*[Signature]*  
*[Signature]*  
*[Signature]*

# **Relatório e Parecer do Conselho Fiscal**

## EXTERNATO EDUCAÇÃO POPULAR

### RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Exmos. Senhores Associados,

Aos vinte dias do mês de Junho de dois mil e vinte e quatro, pelas quinze horas, reuniu o Conselho Fiscal, com a presença de todos. ....

Nos termos do artigo nº 34 dos Estatutos, da legislação aplicável e no âmbito da ação fiscalizadora que a lei impõe, o Conselho Fiscal verificou e analisou o Relatório e Contas do exercício de dois mil e vinte e três, a conformidade das suas práticas administrativas e o cumprimento das obrigações legais, quer com o Estado, quer com outras Entidades Públicas. ....

Após a fiscalização e análise efetuada, deliberámos dar parecer favorável ao Relatório e Contas de dois mil e vinte e três, propondo que sejam aprovados em Assembleia Geral. ....

Lisboa, 20 de Junho de 2024,

O Conselho Fiscal

Presidente

1º Vogal

2º Vogal